

Amazônia em Chamas: análise discursiva da cobertura da imprensa sobre meio ambiente (1975-2002)¹

Luciana Miranda Costa²

Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Pará

Resumo

A temática ambiental, conjugada com o papel da mídia como produtora de sentidos e principal responsável pela publicização das questões sociais, é de relevante importância para as políticas públicas de caráter social implementadas na Amazônia. Este tema foi tratado inicialmente na pesquisa de doutorado intitulada “Sob o fogo cruzado das campanhas: ambientalismo, comunicação e agricultura familiar na prevenção ao fogo acidental na Amazônia” (NAEA/UFPA, 2004). O que se propõe nesta nova etapa da pesquisa, conforme este artigo buscará demonstrar é, a partir da análise de cerca de 1300 artigos e reportagens publicados na imprensa nacional no período (1975-2002), focar o significativo papel da imprensa no “boom” ambiental que vem se registrando nos últimos anos. Os objetivos também são introduzir uma metodologia específica de análise e contribuir com reflexões e dados sobre o tema.

Comunicação; Imprensa; Meio Ambiente; Amazônia; Incêndios Florestais

¹ Trabalho apresentado ao NP 09 – Comunicação Científica e Ambiental, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

² Jornalista formada pela PUC de SP, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA), Doutora em Desenvolvimento Sócio-Ambiental (NAEA/UFPA) e professora e chefe do Departamento de Comunicação Social da UFPA. E-mail: lmirandaeua@yahoo.com.br

1 - Introdução

No final de 1997 e início de 1998, o país assistiu estupefocado a um grande incêndio florestal que atingiu o Estado de Roraima, causando um sério impacto aos ecossistemas³ existentes. O fato chamou a atenção não somente pela proporção dos prejuízos ambientais e econômicos que causou, mas pela ampla e sistemática cobertura do evento feita pela mídia nacional e internacional (COSTA L, 2004). Esta divulgação só foi possível graças ao apoio de um sofisticado sistema de monitoramento de queimadas através de satélite, desenvolvido alguns anos antes por pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, de São José dos Campos. Desde o final da década de 80, a tecnologia foi se tornando uma forte aliada na detecção de desmatamentos e queimadas no Brasil. A divulgação dessas informações quase que diariamente pelos meios de comunicação, particularmente pela Agência Estado e os jornais a ela associados (*O Estado de São Paulo* e *o Jornal da Tarde*) e, em tempo real, pela Internet, permitiu que a população fosse tomando contato com uma série de terminologias como: focos de calor, “detecção por satélite” e brigadas.

A temática ambiental, conjugada com o papel da mídia como produtora de sentidos e principal responsável pela publicização das questões sociais, é de relevante importância para as políticas públicas de caráter social implementadas na Amazônia e foi tratada inicialmente na pesquisa de doutorado intitulada “*Sob o fogo cruzado das campanhas: ambientalismo, comunicação e agricultura familiar na prevenção ao fogo acidental na Amazônia*” (COSTA, L, 2004). O trabalho, que teve como objeto de estudos as campanhas de comunicação, recebeu o Prêmio NAEA⁴ de tese de doutorado no início de abril de 2005. O que se propõe em uma nova etapa da pesquisa, conforme este artigo buscará demonstrar é, a partir da análise de cerca de 1300 reportagens publicadas na imprensa nacional no período (1975-2002), focar o

³ “O termo designa o conjunto dos relacionamentos mútuos entre determinado meio ambiente e a flora, a fauna e os microrganismos que nele habitam e que incluem os fatores geológico, atmosférico, meteorológico e biológico. Uma outra definição indica ser *ecossistema* uma ‘unidade de natureza ativa que combina comunidades bióticas [seres vivos] e ambientes abióticos [características físicas dos ecossistemas, como umidade, os nutrientes, os solos, a radiação solar etc.] com os quais interagem. Os ecossistemas variam muito em tamanho e características. Assim, podemos dizer que a Amazônia é um ecossistema, igualmente como podemos dizer que ela comporta diversos ecossistemas” (DUTRA, 2003, p. 236).

⁴ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

significativo papel da imprensa no “boom” ambiental que vem se registrando nos últimos anos.

Este texto foi estruturado de forma a indicar os principais elementos teóricos e metodológicos relevantes para temática e apresentar os objetivos gerais que nortearão a pesquisa. Desta forma, serão encontrados abaixo: o contexto histórico no qual a discussão ambiental foi inserida, com destaque para a Amazônia e para a cobertura sobre meio ambiente feita pela mídia impressa; a explicitação do referencial teórico, baseado na obra de Pierre Bourdieu; a metodologia, com enfoque para a semiologia dos discursos sociais, e a principal hipótese a ser trabalhada pela pesquisa.

1.1 - A Amazônia reacende a atenção da mídia

O incêndio de Roraima, cujas proporções foram atribuídas ao fenômeno El Niño⁵, atingiu diversos tipos de paisagens em uma área total de quase 40 mil km², afetando formações não florestais, como as savanas (ao nordeste do Estado), e principalmente florestas primárias, em uma área de 11.394 a 13.928 km². Segundo Barbosa e Fearnside, a queima do material vegetal nos diferentes ecossistemas emitiu para a atmosfera cerca de 20 milhões de toneladas de carbono (BARBOSA & FEARNSIDE, 1999 apud SILVA, 2003, p. 37). As causas de um incêndio daquela proporção estavam ligadas a um longo período de seca e a um baixíssimo índice de chuvas registrado no Estado desde meados de 1997. A prática de queimadas em áreas agrícolas ou pastagens teria atuado como a ignição desse combustível orgânico inflamável (NEPSTAD *et al*, 1999); (SILVA, 2003, p. 37).

A partir do destaque que os desmatamentos e as queimadas na Amazônia foram ganhando na mídia e da ampliação da repercussão negativa dentro e fora do país⁶, o governo criou alguns programas para contornar o problema. Sob a

⁵ “O fenômeno El Niño é caracterizado pelo aquecimento anômalo das águas superficiais do Pacífico Equatorial Oriental. O aquecimento e o subsequente resfriamento num episódio típico de El Niño duram de 12 a 18 meses. O aumento dos fluxos de calor sensível e de vapor d’água da superfície do Oceano Pacífico Equatorial para a atmosfera, sobre as águas quentes, provocam mudanças na circulação atmosférica e na precipitação em escala regional global, que, por sua vez, provocam mudanças nas condições meteorológicas e climáticas em várias partes do mundo”. Fonte: www.cptec.INPE.br

⁶ A primeira matéria de grande repercussão sobre queimadas e incêndios florestais na Amazônia foi publicada em 25 de agosto de 1988 no *Jornal da Tarde*, assinada pela jornalista Liana John. A manchete “Veja a Amazônia em Chamas”, acompanhada de uma imagem colorida feita por satélite que ocupou toda a capa do jornal, deu início a uma cobertura jornalística sobre o tema quase que diária, alimentada por informações fornecidas pelo INPE e pela Embrapa.

coordenação do Ibama/Ministério do Meio Ambiente foi lançado, em agosto de 1998, o *Projeto Emergencial de Prevenção e Controle de Incêndios na Amazônia - Proarco*, e em 1999 foi implantado o *Amazônia Fique Legal*, integrando ações de combate a incêndios florestais, principalmente na área do Arco do Desmatamento⁷, envolvendo o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Apesar do caráter emergencial inicial, esses programas continuam se constituindo nas principais estratégias de ação do governo sobre a temática.

O incêndio de Roraima foi um marco na história do ambientalismo no país, não somente pela sua ampla repercussão, colocando o Brasil nas telas de televisão do mundo inteiro e motivando uma série ações governamentais e não governamentais, mas pelo fato de ter incluído a questão ambiental com muito mais intensidade na pauta de discussão de diversos setores sociais, como o da agricultura familiar, da monocultura ou pecuária.

Costa (1992 e 2000) assinala que a questão ecológica⁸ entrou nas diversas discussões sobre o desenvolvimento da Amazônia principalmente a partir dos anos 80. Em um primeiro momento, ainda no início da década, estabeleceram-se alianças entre segmentos sociais “em luta contra o *status quo* no Brasil e nos países industrializados” (COSTA, 2000, p. 96). Eles atuavam a partir da organização e mobilização da sociedade civil em torno de temáticas ambientais orientadas pela crise ecológica e pela degradação ambiental. “As Organizações Não Governamentais – ONGs dos seringueiros e dos atingidos pelas barragens, no Brasil, em aliança com os ambientalistas socialmente críticos no exterior, tiveram hegemonia no conjunto das ações verificadas” (COSTA, 2000, p.96).

Já a partir de 1988, com a inclusão da questão da proteção das florestas tropicais na reunião do *Grupo dos 7* realizada em Paris, as preocupações ecológicas

⁷ O Arco do Desmatamento (ou Arco do Desflorestamento, como também é conhecido) concentra 80% dos desmatamentos e queimadas na região amazônica. O arco abrange 1,7 milhão de quilômetros quadrados que se estendem pelo Acre, Amazonas, Rondônia, norte do Mato Grosso, sul e leste do Pará, Tocantins e Maranhão. Fonte: <<http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2001/10/13/ger012.html>>. Acesso em: 16 set. 2003.

⁸ Segundo Pádua, o termo *ecologia* foi empregado pela primeira vez em 1866, em língua alemã, pelo zoólogo Ernst Haeckel, sob forma *ökologie*. No início, tratava-se de um conceito vinculado à noção de *habitat*, indicando o estudo das relações de plantas e animais entre si e entre seu *habitat* (PÁDUA, 1997, p. 42). “Depois passou a ter uma referência social mais ampla. Na transformação de sentido, *ecologia* passou a vincular-se ao ambiente (*environment*) e, mais tarde, ao termos *environmentalism* como o estudo da influência do meio físico sobre o desenvolvimento econômico. Assim, *ambientalismo* torna-se de uso comum a partir anos 1950 relacionado à *conservação* e *preservação*, assim como a medidas contra a poluição. A partir dos anos 1960 passa ao uso comum, associando conceitos como *ecocrise*, *ecocatástrofe* e, a partir dos anos 1970, as noções de *ecocídio*” (DUTRA, 2003, p. 160).

em relação à Amazônia deixaram de ser assunto de partidos e organizações ambientalistas para se tornarem objeto de manifestações e ações de governantes e grandes partidos dos países industrializados, “os quais absorveram, a partir daí, parte das bandeiras e questões até então restritas aos movimentos e partidos ambientalistas” (COSTA, 2000, p. 96). Além disso, a questão da sustentabilidade passou a compor as propostas de uso dos recursos naturais amazônicos⁹.

Na mídia impressa brasileira, a Amazônia era associada a problemas ambientais, num período em que notícias e reportagens davam ênfase a denúncias de queimadas, demarcação de reservas indígenas, atividades de garimpos e questões decorrentes da ocupação de terras cultiváveis e da exploração de garimpos. Houve uma crescente inclusão destes temas nas pautas nacionais e internacionais a partir do final dos anos 80 (DUTRA, 2003).

Com a repercussão internacional do assassinato do líder sindical Chico Mendes, em 22 de dezembro de 1988, as questões ambientais na Amazônia, que até então eram consideradas como “simples rotina burocrática” pelo governo brasileiro (HOMMA, 2003, p. 168), passaram a merecer atenção redobrada e atingiram diretamente outros projetos governamentais, provocando um “esverdeamento institucional e empresarial” .

As pressões, sobretudo internacionais, provocaram um redirecionamento dos rumos das políticas públicas com relação à Amazônia. Apesar de vários megaprojetos e atividades com grandes riscos ambientais serem tocadas, estas passam a ganhar nova roupagem institucional mediante o conceito de desenvolvimento sustentável, programas de compensação ecológica e como mercadoria de troca. Dessa forma, ganham prioridade o atendimento às populações tradicionais, ao mesmo tempo em que permitem programas de expansão de soja, construção de hidrovias, hidrelétricas, entre outros. O processo de esverdeamento institucional e empresarial é acompanhado, em muitos casos, de meras ações conflitantes, denotando a dificuldade e a lentidão em se adaptar aos novos procedimentos e de atingir a ecoeficiência (HOMMA, 2003, p. 241).

Observe-se que foi na década de 90 que ocorreu um *boom* na mídia referente às questões ambientais. Meio contemporâneo dominante responsável pela produção e circulação de sentidos nos diferentes campos, a mídia possibilita a *visibilidade* das

⁹ No dia 18 de novembro de 2002, reuniram-se em Belém o Presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, e os governadores eleitos da Amazônia com o objetivo de discutir a “Estratégia Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia” (HOMMA, 2003, p. 239).

instituições e dos agentes, tendo, portanto, uma forte influência sobre a opinião dominante em todas as áreas do conhecimento.

Algumas produções televisivas marcaram os anos 90. A TV Manchete exibiu *Amazônia, paraíso em perigo*, com denúncias sobre devastação florestal, e a novela *Pantanal*, do teledramaturgo Benedito Ruy Barbosa. Embora ficcional, esta produção trouxe para o debate público o problema ambiental. “O meio ambiente e os temas ecológicos davam sinais de começar a integrar-se ao imaginário coletivo” (DUTRA, 2003, p. 141). Outras produções também ganharam destaque: *Globo Ecologia*, *Globo Repórter e Globo Ciência*, além do Discovery Channel e da TV Futura. Com exceção do primeiro caso, os quatro últimos não exclusivamente dedicados ao tema. No decorrer da década, no entanto, também houve um refluxo no noticiário e nas reportagens específicas. “Como exemplo da mídia impressa, é de se notar que o Jornal do Brasil, considerado integrante da *grande imprensa* brasileira, encarta atualmente um caderno intitulado *JB Ecológico*, com a particularidade de tal encarte ser publicado apenas nos períodos de *lia cheia*” (IMPRENSA, 2002, p.32 apud DUTRA, 2003, p. 19).

A Amazônia, por seus atrativos naturais e habitantes cujas atividades estão em estreita relação com a natureza (como os índios¹⁰, os coletores, os pescadores artesanais e os agricultores familiares) é um tema recorrente nas pautas da mídia nacional, com destaque para os documentários e *especiais* de televisão. As pautas e roteiros, elaborados a partir de noções pré-construídas sobre a região, tendem a reeditar estereótipos historicamente fabricados através de novas falas e imagens, “de modo especial aquelas que retratam a Amazônia como um lugar paradisíaco e, contraditoriamente, ao mesmo tempo inóspito, no qual coexistiram a exuberância física da natureza e a insignificância humana” (DUTRA, 2003, p. 98). Na imprensa internacional, as noções de *risco ambiental* são recorrentes, não apenas quando há referências às florestas tropicais, no tocante à *perda de biodiversidade*, mas também

¹⁰ Mires, citado por Dutra (2003), observa que “os índios e, hoje, os demais *povos da floresta* — sem que lhes fosse feita nenhuma consulta, passaram a ser ‘defensores da natureza’, uma aparente inversão discursiva das noções de *estorvos à civilização* como foram os índios desenhados desde os primeiros momentos da conquista. Essa aparente transformação se explica: a campanha internacional pela *defesa da Amazônia* não teve origens puramente éticas, porém mais *ecológicas*. Em diferentes países, advertiam que, com a devastação da Amazônia, se estava destruindo o último pulmão do planeta, cujos efeitos poderiam ser catastróficos para outras regiões do mundo. Foi, então, a partir dessa preocupação que os *ecólogos descobriram* os índios aos quais delegaram, sem consultá-los, a responsabilidade de ‘defensores da natureza’. O que só na aparência os transforma em sujeitos, no entanto pelas motivações desta delegação, continuam objeto de interesses externos”. (DUTRA, 2003, p. 82).

sobre desastres nucleares e ameaças de disseminação de produtos tóxicos no ambiente (DUTRA, 2003).

Segundo Homma (2003), com a entrada do século XXI espera-se o nascimento de um novo ciclo econômico baseado no comércio de serviços ambientais da Amazônia, em que a ecologia deixe de ser uma ação filantrópica, humanitária ou de simples preservação ambiental. (HOMMA, 2003, p. 249). Fearnside (2003) corrobora esta perspectiva, que vem sendo incorporada também por instituições representativas da agricultura familiar, como o Grupo de Trabalho Amazônico - GTA, responsável pela produção da cartilha de um dos programas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia, o Proteger (2003).

A contribuição da perda de floresta a mudanças globais tais como mudanças climáticas e a perda de biodiversidade, fundamenta a adoção de uma nova estratégia para sustentar a população da região. Ao invés de destruir a floresta para poder produzir algum tipo de mercadoria, como é padrão atual, se usaria a manutenção da floresta como gerador de fluxos monetários baseado nos serviços ambientais da floresta, ou seja, o valor de evitar os impactos que se seguem da destruição da floresta (FEARNSIDE, 2003, p. 02).

Feita esta breve contextualização, ressaltando a problemática dos incêndios florestais nas discussões sobre meio ambiente na Amazônia e a inserção da pauta ambiental em algumas produções midiáticas nas últimas décadas, passemos aos desdobramentos da pesquisa.

2 – Objetivos e Hipótese

O objetivo desta nova etapa da pesquisa, dando continuidade ao trabalho iniciado com o doutorado (COSTA, L., 2004), é analisar, com ênfase na temática dos incêndios florestais veiculadas pela imprensa e nas atividades das campanhas de comunicação, como se estruturou o discurso da mídia impressa sobre as questões ambientais durante os últimos 25 anos. Além disso, buscar-se-á analisar como os diferentes sentidos produzidos pela mídia construíram e foram construídos a partir das relações entre instituições ambientalistas e seus financiadores, e entre os agricultores familiares/monocultores/pecuaristas e seus órgãos de representação. Algumas questões preliminares podem ser elencadas: que tipos de discursos foram produzidos e veiculados pela mídia durante este período? Quem foram as fontes principais das

informações? As instituições do campo ambiental ou do campo rural¹¹? Qual a imagem construída pela mídia dos principais agentes sociais envolvidos com a temática, ou seja, agricultores familiares, ambientalistas, representantes do governo e nonocultores/pecuaristas? É possível observar nas próprias matérias as repercussões dessa divulgação midiática e suas consequências?

A base principal de informações para esta nova etapa da pesquisa foi obtida em setembro de 2003 durante pesquisa nos arquivos de artigos de jornais e revistas do Prof. Alberto Setzer, no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE – S.J. dos Campos). Trata-se, desta forma, da seleção, sistematização e análise de aproximadamente 1.300 artigos e/ou reportagens publicados nas principais revistas (Veja, Isto É, Época) e jornais brasileiros (Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal da Tarde, Correio Braziliense, Jornal do Brasil, o Globo e o Liberal) no período de 1975-2002. Buscar-se-á também utilizar como fonte de informação (no que se refere à esfera da recepção das informações), as entrevistas realizadas entre os meses de abril e novembro de 2001 e em julho de 2003, durante pesquisa de campo para o doutorado realizada em sete municípios paraenses (Belterra, Santarém, Altamira, Paragominas, Marabá, Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia) e um no estado do Mato Grosso (Guarantã do Norte), nos quais foram visitadas 14 localidades e realizado um total de 326 entrevistas. As entrevistas tiveram as seguintes especificações: 197 agricultores familiares, 20 sindicalistas ligados aos sindicatos de trabalhadores rurais, 4 sindicalistas ligados aos sindicatos de fazendeiros, 6 fazendeiros, 38 representantes de ONGs, 39 representantes de órgãos governamentais e 22 jornalistas/radialistas. Para a escolha dos municípios paraenses foram considerados a comprovada incidência de incêndios florestais ou queimadas fora de controle e a realização de campanhas de prevenção a incêndios florestais coordenadas por órgãos governamentais ou não governamentais.

Parte-se da seguinte hipótese: a cobertura feita pela mídia impressa nos últimos 25 anos sobre incêndios florestais e queimadas acidentais na Amazônia tem se

¹¹ O conceito de campo de Bourdieu remete à idéia de um sistema no qual as instituições e os agentes, assim como seus atos e discursos, adquirem sentido apenas relacionalmente, através do jogo das oposições e das distinções. A materialização da história de um campo social está presente nas instituições e nas atitudes dos agentes que fazem funcionar estas instituições ou que as combatem. Desta forma, um campo é um sistema específico de relações objetivas que podem ser de aliança e/ou de conflito, de concorrência e/ou de cooperação, entre posições diferenciadas, socialmente definidas e instituídas, independentes da existência física dos agentes que as ocupam (BOURDIEU, 1998, p. 133).

baseado em informações fornecidas prioritariamente por órgãos ambientalistas, favorecendo uma visão parcial do problema e contribuindo para reafirmar o desequilíbrio e tensão entre os campo ambiental e rural (incluindo os subcampos da agricultura familiar e da monocultura/pecuária em grande escala).

Ressalta-se, que os meios de comunicação são uma mediação que oferece ao sujeito individual uma perspectiva que não pode ser apreendida dentro dos limites de sua experiência pessoal imediata. A mídia conecta e liga vidas individuais ao construir uma cadeia de códigos compartilhados e reconhecidos que são constitutivos das representações sociais, por isso o conteúdo da mídia também torna-se uma fonte importante de dados da pesquisa. Como observa Canclini, “a influência dos meios massivos é percentualmente quase idêntica a das formas microsociais ou interpessoais de comunicação” (CANCLINI, 1998, p.145).

3 – Enfoque Metodológico

O referencial teórico e metodológico que orientará a pesquisa está fundado em conceitos extraídos das obras de autores que compreendem as relações sociais como estruturadas e estruturantes do mundo social, ou seja, que localizam na disputa do *poder simbólico*¹² o eixo que organiza os interesses e estratégias dos agentes sociais, como Pierre Bourdieu e Michel de Certeau. A obra de Pierre Bourdieu e particularmente os conceitos de *campo* e *habitus*¹³ formulados pelo autor mostram-se adequados para fundamentar a análise em virtude do alcance explicativo que estes possibilitam para a compreensão das relações existentes entre os agentes envolvidos na concepção, circulação e recepção das informações veiculadas pela mídia sobre os incêndios florestais na Amazônia, no período 1975-2002. Além da aplicação dos conceitos já mencionados, utilizar-se-á a análise de discurso como método de análise

¹² O poder simbólico, conceito caro a Bourdieu que tem suas raízes na teoria durkheimiana, pode ser definido como o poder de construção da realidade, ou seja, do sentido imediato do mundo social. Os símbolos tornam possível o consenso acerca do mundo social e contribuem, desta forma, para a reprodução da ordem social (BOURDIEU, 1998, p. 09). Trata-se da forma transformada de outras formas de poder (como o econômico, por exemplo), portanto, irreconhecível, ignorada como arbitrária. O poder simbólico é baseado em um crédito que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, o que só é possível porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe.

¹³ Trata-se de um sistema de disposições estruturadas e estruturantes, portanto, duráveis e aplicáveis a diferentes situações, que se constituem na prática e são sempre orientadas em seu sentido prático. É principalmente no convívio familiar e na trajetória escolar que tais disposições vão sendo incorporadas pelo indivíduo (BOURDIEU, 1998).

e os conceitos de “estratégia” e “tática” na concepção de Michel de Certeau, conforme tratarei a seguir.

3.1. Discurso e relações de poder

As reportagens e artigos referentes à temática dos incêndios florestais na Amazônia (1975-2002) podem ser analisados através do discurso que lhes correspondem, tomando-o como instância de produção de uma realidade e razão das lutas políticas pela hegemonia do poder de *fazer ver e fazer crer* (BOURDIEU, 1998, p. 173). A teoria dos discursos sociais trabalha com os processos de constituição do *discurso*, que pode ser definido como o lugar do trabalho social de produção do sentido (ARAÚJO, 2000, p. 121).

O discurso é a principal arena na qual os diferentes capitais dos agentes sociais, transfigurados em capital simbólico, lutam pelo poder simbólico e pela hegemonia de modos de ver, perceber e definir o mundo, de representá-lo. O discurso possibilita apreender o consenso e o conflito existentes nas relações sociais através das “marcas” que ele carrega. Os sistemas simbólicos irão cumprir sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da visão de mundo dominante, na medida em que são instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento, contribuindo para garantir a dominação de uma classe sobre a outra¹⁴.

Para Bourdieu, essa violência simbólica, fazendo ignorar-reconhecer a violência que ela encerra objetivamente, reafirma as relações de força que a fundamentam. O que faz o poder de manter a ordem ou de a subverter através das palavras, é a crença na legitimidade que elas carregam e naquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras, mas deve ser buscada no espaço social. Bourdieu observa ainda que a destruição deste poder de imposição simbólico, radicado no desconhecimento, supõe a tomada de consciência do arbitrário (BOURDIEU, 1998, p. 15).

Utilizando-se do conceito de formações discursivas elaborado por Foucault, Orlandi observa que as palavras recebem seu sentido da *formação discursiva* na qual

¹⁴ “Com base no conhecimento do espaço das posições, podemos recortar *classes* no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, como toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes” (BOURDIEU, 1998, p. 136).

são produzidas¹⁵. A autora assinala que “o fato de um texto estar associado, biunivocamente, a um sentido é uma ilusão do sujeito” (ORLANDI, 1978, p.35), pois este recusa a inclusão necessária de toda seqüência em uma formação discursiva (e não outra), para que essa seqüência tenha sentido e, nessa recusa, tem a impressão de que é ele próprio a fonte desse sentido¹⁶. Pêcheux chama a essa “ilusão do indivíduo”, que se acredita senhor absoluto de seus atos e de seus pensamentos, de *Efeito Munchausen*. Nas palavras do autor: “o efeito fantástico pelo qual o indivíduo é interpelado em sujeito (...), em memória do imortal barão que se elevava nos ares puxando-se pelos próprios cabelos” (PÊCHEUX, 1988, p.157)

Sob um enfoque semiológico¹⁷, Araújo coloca o sujeito como aquele que trabalha sobre a matéria significante para produzir enunciados, enfatizando, no entanto, que esse trabalho sofre coerções de duas ordens: uma, a de suas singularidades e outra, a do campo histórico (ARAÚJO, 2000, p. 166).

As relações de comunicação são, deste modo, relações de poder que dependem do capital simbólico dos agentes e instituições envolvidos, relacionado às estruturas materiais e institucionais da sociedade. A legitimidade discursiva baseada no reconhecimento que os receptores lhe atribuem, instaura as relações de poder que lhe são inerentes, sendo determinada por outros fatores além da posição social e institucional e do poder econômico e social dos agentes. Passa por interesses individuais, grupais e de classe, pela história das relações institucionais anteriores, pela forma de mediação discursiva e pela concorrência de outras falas (ARAÚJO, 2000, p. 145). A linguagem apresenta-se portanto como uma arena de confrontos

¹⁵ O conceito de formação discursiva elaborado por Foucault (entendido como conjunto de regras discursivas que determinam a existência dos objetos, conceitos, modalidades enunciativas e estratégias) é assimilado através da aprendizagem lingüística e é ele que permitirá ao indivíduo elaborar seus discursos e reagir lingüisticamente aos acontecimentos (FOUCAULT, 1995). O conceito de *práticas discursivas* do mesmo autor é complementar ao de formação discursiva: “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma dada época e para uma determinada área social econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1995, p.136).

¹⁶ Atenta às interpretações que viam nas formações discursivas “regiões fechadas e estabilizadas”, Orlandi explicita que as formações discursivas ao mesmo tempo que determinam a posição do sujeito, não a preenchem totalmente de sentido, pois elas são constituídas pelas diferenças, contradições e movimento, ou seja, um contínuo processo de reconfiguração. “Delimitam-se por aproximações e afastamentos. Mas em cada gesto de significação (de interpretação) elas se estabelecem e determinam as relações de sentidos, mesmo que momentaneamente. E é isto que dá identidade ao sujeito e ao sentido” (ORLANDI, 1994, pp.10-11).

¹⁷ Convém ressaltar a diferença de enfoque sobre o conceito de formação discursiva sob o prisma da AD (Escola Francesa de Análise de Discurso) e da SDS (Semiologia dos Discursos Sociais). “Do ponto de vista da SDS, o problema com o conceito de formação discursiva, tal como trabalhado pela escola francesa de análise de discurso, é que as condições de produção se referem exclusivamente à instância da produção. Para a SDS, seguindo a trilha aberta por Bakhtin, não existem posições discursivas isoladas de uma proposta de interação, o que equivale dizer que o lugar atribuído ao destinatário é também determinante do aspecto lógico de um texto” (PINTO, 1999 apud CARDOSO, 2001, p. 15).

sociais, na qual as relações de sentido são parte essencial na constituição das relações de poder¹⁸.

Tomando-se a noção de *sentido*¹⁹ como produto do “trabalho social”, as relações sociais são o *locus* da produção desse sentido, e irão ocorrer em determinadas condições históricas, culturais e políticas, mediadas por instituições. Como ressalta Verón, nada no funcionamento de uma sociedade é estranho ao sentido (VÉRON, 1980, p.192). O sentido não é algo palpável ou concreto; por isso, convém utilizar a expressão *efeitos de sentido*²⁰. Sentidos são efeitos de troca de linguagens (ARAÚJO, 2000). Fausto Neto enfatiza que as marcas da história presentes em um discurso trazem consigo a dupla constatação de que o sujeito não controla inteiramente seu discurso, uma vez que é lugar de uma ordem de disputas simbólicas que ultrapassa sua consciência; e a de que “todo discurso se constrói à base de outros discursos e todo discurso, embora pertencendo a um campo matricial distinto, tem conexões com outros campos matriciais discursivos” (FAUSTO NETO, 1991 apud ARAÚJO, 2000, p.166).

Haquira Osakabe expõe a estreita relação entre o discurso e o contexto no qual é produzido: “(...) o discurso tem sua semanticidade garantida situacionalmente, isto é, no processo de relação que estabelece entre as pessoas e a situação”. Conclui o autor que “é dessas relações, acrescidas àquelas, que se estabelecem entre os interlocutores, que se definem algumas significações básicas ligadas à pragmática discursiva; logo, às significações ligadas aos atos de linguagem” (OSAKABE, 1979, p.53). Nesta prática discursiva, o sujeito da enunciação²¹ está impregnado do “outro”

¹⁸ Bourdieu observa que o discurso é marcado por um saber prático propriamente lingüístico, pois trata-se do produto do encontro entre um *habitus* lingüístico, isto é, uma competência inseparavelmente técnica e social (ao mesmo tempo capacidade de falar e capacidade de falar de uma certa maneira, socialmente marcada) e um mercado, isto é, um sistema de formação de preços que vão contribuir para orientar antecipadamente a produção lingüística (BARROS FILHO & MARTINO, 2003, p.29).

¹⁹ A semiologia trabalha com a noção de *sentido* ao invés de *significado*, pois busca superar o método estruturalista de análise, no qual a noção de *significado* encontra-se localizada nas estruturas. Como explicita Araújo, “‘*significado*’ carrega a idéia de algo pronto, cristalizado e imanente, isto é, de que cada objeto possui um significado estável, próprio, que independe das circunstâncias. Essa idéia, como já se viu, é herança da lingüística saussuriana, estando intimamente associada ao conceito de *signo*. A Semiologia propõe o termo *sentido* e pretende semantizá-lo com os atributos que percebe nos fenômenos sociais: a pluralidade, o dinamismo e a propriedade de se constituir a cada situação de comunicação. Na perspectiva do *sentido*, o que realmente importa é o processo, não a estrutura. Decorrentes dessa natureza dinâmica do conceito são os termos *produção de sentido e efeitos de sentido*” (ARAÚJO, 2000, p. 120).

²⁰ “O ponto de partida básico da SDS é o de que não existe uma significação imanente das coisas e das palavras, um vínculo imutável e já dado entre o signo e seu referente, da mesma forma que não existe objeto assignificante” (CARDOSO, 2001, p.2).

²¹ Segundo Benveniste, o sujeito da enunciação é o lugar idealizado do “eu”, a imagem do “eu” e não o sujeito real. É a maneira pela qual o “eu” se define no próprio discurso (BENVENISTE, 1989).

que desta forma o constitui. Nas marcas deixadas pelo sujeito no discurso estão representadas as imagens que o emissor tem de si mesmo (ou quer fazer crer), do destinatário de seu discurso, dos demais agentes sociais e das relações construídas e vividas por eles. No mesmo movimento que se constrói a imagem do receptor, ganha forma também a imagem que o locutor pretende projetar de si, assim como está se delineando a relação que se quer estabelecer (CARDOSO, 2001).

Das condições de produção de um discurso, como demonstrado por Araújo (2000), fazem parte o lugar social do emissor, as estruturas e rituais institucionais (p.ex.: hierarquia interna, instâncias de decisão e poder e a organização de trabalho), a natureza e as características tecnológicas dos meios que veiculam os discursos, os recursos disponíveis (assim como a dependência maior ou menor das fontes geradoras desses recursos), a qualificação profissional dos produtores, as relações políticas e sociais com instituições concorrentes, o momento histórico e a imagem do receptor idealizado pelo emissor. “Essa idealização não é só especulativa ou teórica, mas funda-se na história das relações entre os dois pólos, mediatizadas por discursos anteriores, onde o emissor impõe uma imagem de si, que vai se refletir no dispositivo de enunciação, na construção do sujeito do enunciado” (ARAÚJO, 2000, p. 138). Esses fatores afetam os discursos produzidos e as estratégias de circulação. Das condições de recepção do discurso fazem parte, principalmente, a posição social do receptor, suas relações com a instituição e agentes que produzem o discurso, assim como suas experiências anteriores (ARAÚJO, 2000).

Os conceitos de “estratégia” e de “tática”, na concepção de Michel de Certeau, também são funcionais para compreensão do discurso da imprensa sobre meio ambiente. *Estratégia*, segundo Certeau, é o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças por parte de um sujeito de “querer e poder”, como no caso de uma instituição jornalística. A estratégia é a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de “alvos ou ameaças” (CERTEAU, 1994, p. 99). Já *tática* é a ação que é determinada pela ausência de um próprio, ocorre no espaço estratégico do “outro”. Os leitores, por exemplo, desenvolvem *táticas* para conviver com as *estratégias* discursivas traçadas pela imprensa. Essas táticas podem ser manifestadas em alguns espaços, como o das entrevistas, carta de leitores e colunas específicas.

A tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, como dizia Von Büllow, e no espaço por ele controlado. (...) Tem que utilizar, vigilante,

as falhas que as conjunturas vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. (CERTEAU, 1994, p. 100).

O que se propõe em termos metodológicos nesta pesquisa é uma análise das reportagens e artigos publicados pela imprensa que não os tomem somente sob o prisma de um recorte particularizado, no qual a partir de um olhar para dentro, abstrair-se-iam explicações sobre seu conteúdo. Essa abordagem nos remeteria a um enfoque de tipo funcionalista, que predominou na primeira metade do século XX e ainda embasa muitos estudos do campo da comunicação. O caminho será mais longo. Partir-se-á, tomando por base os conceitos de Bourdieu, do *locus operandi* (campo) dos agentes e instituições envolvidos na concepção, circulação e recepção das informações, ou seja, dos campos jornalístico, ambiental e rural; e dos *habitus* destes agentes e instituições, estruturas incorporadas de percepção e ação - para compreender as lutas pelo *poder simbólico* que a imprensa reproduz e ajuda a construir em um dado momento histórico. As informações pertinentes à recepção dessas reportagens/artigos serão extraídas das entrevistas já realizadas para pesquisa de doutorado, embora não se descarte a possibilidade de realização de novas entrevistas. Buscar-se-á, deste modo, compreender e analisar o discurso da imprensa nacional sobre meio ambiente produzido no período 1975-2002, com ênfase para temática dos incêndios florestais na Amazônia, sob um prisma interdisciplinar, utilizando-se de conceitos cuja gênese encontra-se nos campos da comunicação, sociologia, semiologia dos discursos sociais e ecologia.

4. Bibliografia referenciada

- ARAÚJO, I. **A reconversão do olhar**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.
- BARROS FILHO, C. de & MARTINO, L. M. S. **O *habitus* na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.
- BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral II**/ Trad: Eduardo Guimarães *et al.* Campinas/SP: Pontes 1989.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª ed., 1998.
- _____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1998.
- CARDOSO, J. M. **Comunicação, Saúde e Discurso Preventivo: reflexões a partir de uma leitura das campanhas nacionais de Aids na TV (1987-1999)**. Dissertação (mestrado em Comunicação e Cultura). ECO-UFRJ, Rio de Janeiro, 2001. Mimeo.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**/ Trad: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

- COSTA, F. Políticas públicas e dinâmica agrária na Amazônia: dos incentivos fiscais ao FNO. In: TURA, L. R. & COSTA, F. de A. (Orgs.) **Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará**. Brasília: Brasília Jurídica/FASE, 2000.
- _____. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. Belém: SEPEQ/NAEA/UFPA, 1992.
- COSTA, L. **Sob o fogo cruzado das campanhas: ambientalismo, comunicação e agricultura familiar na prevenção ao fogo acidental na Amazônia**. Tese de doutoramento. Belém: NAEA/UFPA, 2004. Mimeo.
- DUTRA, M. J. S. **A redescoberta midiática da Amazônia: sedutoras reiteraões dos discursos sobre a natureza**. Tese de Doutorado. Belém: NAEA/UFPA, 2003. Mimeo.
- FEARNSIDE, P. M. **A floresta amazônica nas mudanças globais**. Manaus: INPA, 2003.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber/ Trad: Luiz Felipe Baeta Neves**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- HOMMA, A. K. O. **História da Agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003.
- LOPES, M. I. V. **Pesquisa em comunicação: Formulação de um método metodológico**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.
- MARTINO, L. M. S. **Mídia e poder simbólico: um ensaio sobre comunicação e campo religioso**. São Paulo: Paulus, 2003.
- NEPSTAD, D. C., MOREIRA, A. G. & ALENCAR, A. A. **A floresta em chamas: origens, impactos e prevenção de fogo na Amazônia**. Brasília: Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, 1999.
- ORLANDI, E. P. Protagonistas do/no discurso. In: **Foco e Pressuposição**. Uberaba: Instituto de Ensino das Faculdades Integradas de Santo Tomás de Aquino, 1978. p. 30-41.
- OSAKABE, H. **Argumentação e Discurso Político**. São Paulo: Ed. Kairós, 1979.
- PÁDUA, J. A. Natureza e Projeto Nacional: nascimento do ambientalismo brasileiro (1820-1920). In: SVIRSKY, E. & CAPOBIANCO, J. P. R. (Orgs.) **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso - Uma crítica à afirmação do óbvio/ Trad: Eni Pulcinelli Orlandi et al.** Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- PINTO, M. J. **Comunicação e Discurso: introdução à análise de discursos**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.
- RAMOS, L. F. A. **Meio Ambiente e Meios de Comunicação**. São Paulo: ANNABLUME, 1995.
- SILVA, M. M. **Projeto Roça Sem Queimar: uma proposta de manejo agroecológico para região da Transamazônica - Pará**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 2003.
- SPINK, M. J. P. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia / Trad.: Wagner de Oliveira Brandão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- VERÓN, E. **A produção do sentido**. São Paulo: Cultrix/USP, 1980.